

Recomeça a negociação da dívida



Funaro embarca para os EUA. E o secretário Backer convoca devedores para reunião.

O Departamento do Tesouro dos Estados Unidos convocou para a próxima segunda-feira, em Washington, reunião com delegações do Brasil, México, Argentina e Venezuela — os maiores devedores do mundo —, para discutir o Plano Baker no âmbito do Banco Interamericano de Desenvolvimento. Também o ministro da Fazenda, Dílson Funaro, acompanhado pelo presidente do Banco Central, Fernão Bracher, embarca para os Estados Unidos, onde ambos se encontrarão já amanhã com o diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI), Jacques de Larosière e farão uma visita de "cortesia" ao presidente do Federal Reserve (o Banco Central norte-americano), Paul Volcker.

Eles tentarão obter o aval do FMI para o programa de ajustamento da economia brasileira em 1986 que facilitaria a prorrogação do acordo provisório que assegura as linhas de crédito de curto prazo que vencem no próximo dia 17, além da própria renegociação do total da dívida externa do País. Funaro conta com a "aprovação quase certa" do Fundo ao programa brasileiro e, mesmo que não seja dada, disse com otimismo que o Brasil continuará negociando com os bancos credores as linhas de crédito de curto prazo (em torno de US\$ 15 bilhões) para um acordo mais longo de dois ou três anos. Interessa ao País o refinanciamento do principal da dívida — US\$ 5 bilhões de 85 e US\$ 9 bilhões de 86, excluídos da Fase 3 da renegociação — seguido de outro acordo plurianual que englobasse a maior parte da dívida externa brasileira.

Mesmo reconhecendo difícil fechar o acordo plurianual, porque o Brasil não o formalizou com o FMI, e pela impressão da comunidade financeira de que havia rompido com

a instituição, o ministro previu ser essa situação "até boa para o Brasil, porque nos dois ou três anos do acordo que tentaremos fechar muita coisa poderá mudar na conjuntura internacional. Outros Planos Baker poderão surgir".

Plano Baker

O Plano Baker propõe-se a garantir, no prazo de três anos, empréstimos líquidos adicionais de US\$ 29 bilhões, dos quais US\$ 20 bilhões fornecidos por bancos comerciais e US\$ 9 bilhões por instituições multilaterais, como BID e Banco Mundial. Os países convocados para essa reunião acumulam uma dívida externa de US\$ 270 bilhões — US\$ 100 bilhões do Brasil, US\$ 100 bilhões do México, US\$ 47 bilhões da Argentina e US\$ 23 bilhões da Venezuela — que, na ótica norte-americana, poderiam ter atenuadas suas dificuldades momentâneas com o Plano Baker.

O governo brasileiro, cuja delegação será chefiada pelo secretário-geral do Ministério do Planejamento, Andrea Sandro Calabi, considera o plano proposto pelo secretário do Tesouro norte-americano, James Baker, importante, mas ainda insuficiente para solucionar o problema da dívida externa do Terceiro Mundo. Por outro lado, a princípio recusa as contrapartidas exigidas pelo Plano, entre as quais a abertura de mercado.

Dinheiro novo

Calabi aproveitará sua permanência em Washington para explicar ao Banco Mundial as medidas recentemente aprovadas pelo governo brasileiro — redução de gastos, aumento de impostos, venda de estatais e definição dos gastos sociais — e tentará apressar a liberação de recursos para o País. Este ano, o Banco Mundial deve fornecer pelo menos US\$ 1,5 bilhão ao País, e o BID mais US\$ 500 milhões.

Um dos projetos importantes do Banco Mundial garantirá US\$ 600 milhões para a agricultura, sendo US\$ 450 milhões referentes a projetos setoriais e mais US\$ 150 milhões relacionados ao crédito rural.

Mais importante, porém, é o co-financiamento de US\$ 1,2 bilhão, em fase de negociação, para capitalizar a Siderbrás. Por essa operação, o Banco Mundial fornece US\$ 400 milhões e os bancos credores internacionais entrarem com mais de US\$ 800 milhões. Se fechado o co-financiamento, será efetivamente a primeira parcela de dinheiro novo fornecido pelos bancos credores internacionais ao País, desde a crise de 1983. Todos os outros empréstimos, na realidade, não passaram de ilusão monetária, porque não entravam no País; serviam apenas para cobrir o pagamento de juros aos próprios bancos.

Informações originárias de Washington dão conta, porém, de que os bancos privados se proporiam a facilitar a prorrogação por 30 dias do acordo vigente da dívida externa, se o Brasil abrir mão de dinheiro novo. Isso significaria torpedear o co-financiamento, de importância fundamental para o saneamento financeiro do setor estatal brasileiro. No entanto, informa alta fonte do governo, o Brasil não abrirá mão de pedir dinheiro novo.

Doença sob controle

O ministro da Fazenda, Dílson Funaro, confirma que o câncer nos gânglios linfáticos, de que foi vítima recentemente, voltou a apresentar sintomas de recrudescimento. Mas em função do estágio precoce da nova manifestação cancerosa, Funaro previu que a doença será combatida sem nenhum prejuízo a seu trabalho e que na próxima semana iniciará o tratamento através de medicamentos e os diagnósticos são muito otimistas e de que o mal será superado facilmente.